

# ESCUTA SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL  
Belém/PA







# **ESCUTA SOCIAL**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**Coordenador do projeto:**

**Nadilson Portilho Gomes**

**Parceiro: Núcleo do Terceiro Setor**

**Coordenador: Dr. Sávio Rui Barbo de Araújo**

**Coordenadores Auxiliares:**

**Ângela Balieiro Queiroz (CAO CPC)**

**Andressa Ávila Pinheiro (CAO CPC)**

**Louise Rejane de Araújo (CAO CPC)**

**Helena Maria Oliveira Muniz Gome (NTS)**

---

## **Apoio:**

### **Servidores:**

**Lorena Mendes Pacheco – Analista Jurídico (CAO CPC)**

**Antonia Carleana Soares Moura - Assessora Especializada (NTS)**

**Maria Dolores Afonso Lobato da Silva - Técnica Ministerial(CAO CPC)**

**Lidia Maria Barbosa Calado Coimbra – Técnica Ministerial (NTS)**

### **Estagiários:**

**Luiz Carlos Correa Oliveira**

**Gustavo Henrique Bezerra Santiago**

**Elizana Naara da Silva Costa**

**Wanderson Silva do Nascimento**

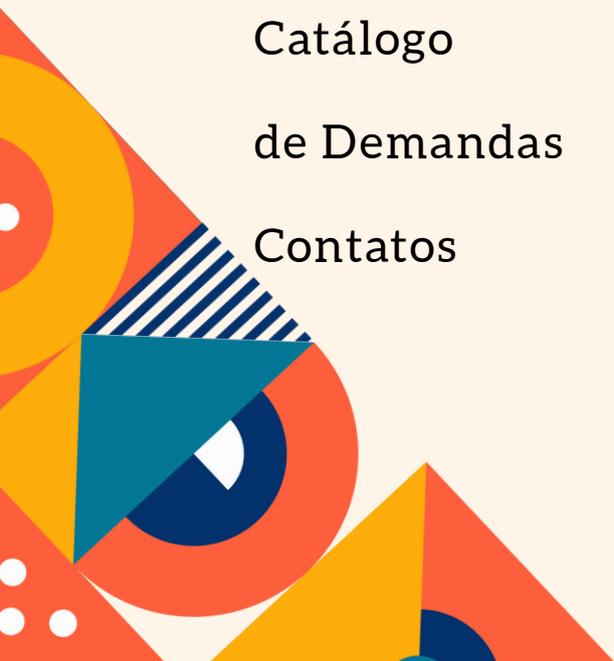
**Luiza Lyane Santos Margalho**





# ÍNDICE

Apresentação	_____	04
Objetivos	_____	05
Metas	_____	06
Justificativa	_____	07
Metodologia	_____	08
Cronograma	_____	09
Divulgação	_____	10
Resultados	_____	11
Catálogo	_____	13
de Demandas		
Contatos	_____	25



# APRESENTAÇÃO

O Ministério Público tem importância relevante na defesa da cidadania, tanto que a Constituição Federal de 1988 leciona que “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, CF/88).

Com sua atuação o Ministério Público assegura o respeito aos fundamentos da nossa República Federativa, dentre os quais se destacam a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, da CF/88), colaborando para que esses objetivos sejam alcançados, de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, além da promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (art. 3º, CF/88).

Nesse diapasão, a escuta social das entidades da sociedade civil mediada pelo Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão do Ministério Público do Estado do Pará, busca possibilitar que as ações de cidadania promovidas pela Instituição sejam construídas conjuntamente com a sociedade e que suas demandas sejam levadas em conta, num formato novo, onde esse processo de oitiva seja atualizado com frequência.



A escuta social faz parte de uma estratégia onde Promotores de Justiça e membros de entidades da sociedade civil apresentam demandas e, ao mesmo tempo unem-se em busca de soluções por meio de parcerias e ações, adotando-se o critério de eletividade e respeito as vontades e interesses dos envolvidos.

A partir dos levantamentos, informações e intencionalidades serão construídas ações próprias de cidadania, atendendo-se as especificidades de cada território, população e grupo social.

# OBJETIVOS:

## ■ Geral

---

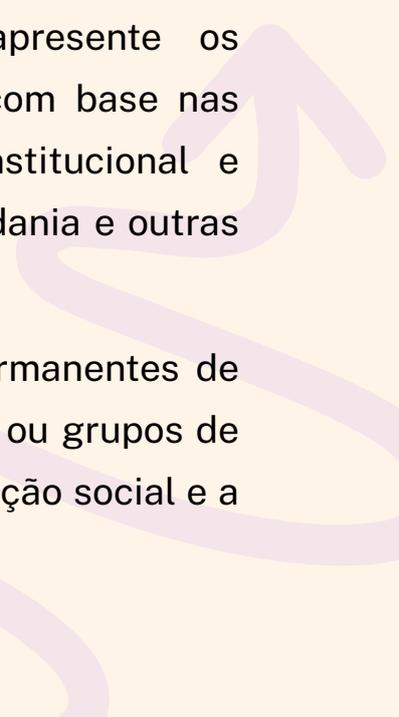
Promover o aprimoramento de escuta social do Ministério Público do Pará, através do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão com as Promotorias de Justiça e a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e os grupos vulnerabilizados, visando identificar demandas sociais prioritárias, fortalecer o diálogo institucional e contribuir para a construção de ações mais eficazes e democráticas.

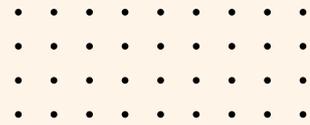
## ■ Específicos

---

- Engajar organizações da sociedade civil em espaços de escuta promovidos pelo MP;
- Levantar e sistematizar as principais demandas propostas apresentadas;
- Estimular o protagonismo social e o controle democrático das instituições públicas;
- Subsidiar a atuação do MP com base nas contribuições recebidas da sociedade civil;
- Fortalecer os vínculos entre Ministério Público e atores sociais nos territórios atendidos.

# METAS DO PROJETO

- 
- 
- 1 Realizar encontros presenciais ou virtuais de escuta com organizações da sociedade civil ao longo do projeto, visando promover a escuta social e o engajamento das OSCs.
  - 2 Identificar, mapear e mobilizar organizações da sociedade civil representativas de diversas áreas temáticas (educação, moradia, meio ambiente, direitos humanos, entre outras), garantindo ampla participação.
  - 3 Estabelecer parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas à promoção da cidadania.
  - 4 Organizar e registrar as demandas e propostas recebidas durante o projeto, produzindo um relatório-síntese que oriente a atuação do Ministério Público e possibilite o uso qualificado das informações coletadas.
  - 5 Elaborar um plano de devolutiva social, que apresente os encaminhamentos adotados pelo Ministério Público com base nas escutas realizadas, promovendo a transparência institucional e fortalecendo a democracia por meio de ações de cidadania e outras medidas temáticas.
  - 6 Fomentar a criação ou o fortalecimento de canais permanentes de diálogo com a sociedade civil, como fóruns, comissões ou grupos de trabalho temáticos, visando a continuidade da participação social e a articulação interinstitucional.



# JUSTIFICATIVA

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos fundamentais, reconhece a necessidade de aprofundar seus mecanismos de aproximação com a sociedade civil. Nesse contexto, a escuta social das entidades de interesse social configura-se como uma estratégia fundamental para o fortalecimento da atuação ministerial em todos os territórios do estado.

As organizações da sociedade civil, movimentos populares, associações comunitárias e coletivos locais detêm conhecimento legítimo e aprofundado sobre a realidade vivenciada por grupos sociais diversos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A escuta qualificada desses atores permite ao MPPA compreender melhor as demandas sociais, identificar riscos e conflitos emergentes, além de subsidiar ações mais precisas, resolutivas e articuladas.

Ao implementar e institucionalizar práticas sistemáticas de escuta social, o MPPA, através do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão em conjunto com o Núcleo do Terceiro Setor e as Promotorias de Justiça, fortalece sua capacidade de atuação preventiva, promove a participação cidadã e amplia a efetividade da fiscalização das políticas públicas. Além disso, reforça sua transparência, amplia o controle social sobre suas ações e fortalece a articulação com a rede de proteção de direitos.

Portanto, justifica-se este projeto como uma iniciativa estratégica para qualificar a atuação do Ministério Público do Estado do Pará, aproximar a instituição das realidades locais e contribuir para a promoção de justiça social no estado do Pará. A consolidação de espaços e metodologias de escuta social permitirá ao MPPA avançar no cumprimento de sua missão constitucional com maior legitimidade, eficiência e compromisso com os princípios democráticos.

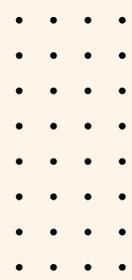
# METODOLOGIA

A escuta social será realizada em vários municípios por meio de reuniões e coleta de dados e informações, iniciando-se por Belém, por meio de preenchimento de formulário físico e/ou eletrônico e uso facultativo comunicação verbal, por tempo a ser definido a cada evento pelos participantes.

Trata-se de um método para identificar e abordar demandas da população para construção de políticas públicas mediante a interação com ela, permitindo a compreensão de suas necessidades e definições de ações do Ministério Público mais alinhada com os interesses da comunidade e grupos sociais.

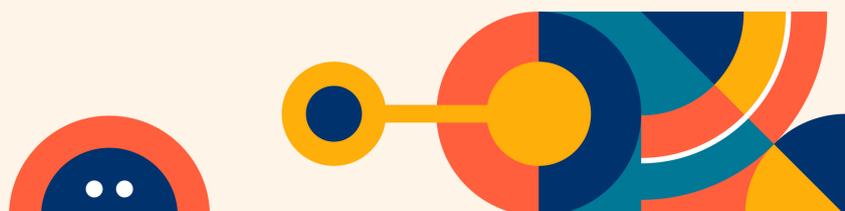
A programação de cada evento contará com recepção e credenciamento, abertura, apresentação dos objetivos e justificativa, escuta dos representantes/integrantes das entidades da sociedade civil e propositura de encaminhamentos. Depois, os dados e informações coletadas serão sumarizados e divididos em eixos temáticos para serem usados como base de orientação para atuação pelo Ministério Público do Estado do Pará nas ações de cidadania. Sendo que, os que não forem de atribuições do CAO CPC serão encaminhados ao centro de apoio operacional competente ou órgão de execução cabível. Ao final, será produzido o catálogo das demandas apresentadas.





# CRONOGRAMA

No	Meta	Período de Execução	Observações
01	Realização de encontros de escuta com OSCs	Belém: 30/05/2025 Outros municípios: a definir	Elaborar agenda institucional
02	Mapeamento e mobilização de OSCs	Belém: 30/05/2025 Outros municípios: a definir	Atividade preparatória aos encontros.
03	Definição de parceiros para ações de cidadania	Até 10/06/2025	Alinhado com a avaliação das escutas realizadas.
04	Sistematização das propostas e elaboração de relatório-síntese	Até 10/06/2025	Base para o plano de devolutiva e futuras ações.
05	Elaboração e apresentação do plano de devolutiva social	Até 25/06/2025	Divulgação pública dos resultados.
06	Fomento a canais permanentes de diálogo	A partir de 25/06/2025 e contínuo	Ações permanentes, iniciadas após a devolutiva social.





# DIVULGAÇÃO



Todas as etapas do projeto serão amplamente divulgadas por meio do site oficial do Ministério Público do Estado do Pará ([www.mppa.mp.gov.br](http://www.mppa.mp.gov.br)), garantindo transparência e acesso público às informações.



Além disso, os resultados, relatórios e demais documentos poderão ser enviados por e-mail aos interessados, mediante requerimento formal ou apresentação em reuniões, sempre que houver necessidade específica de compartilhamento direcionado.

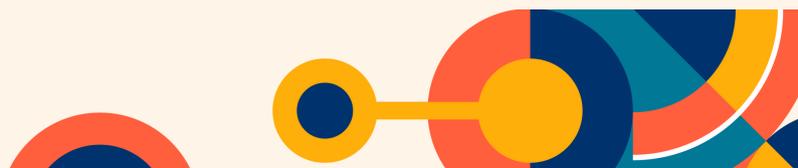
**Essa estratégia visa assegurar a ampla disseminação das ações e resultados do projeto, promover a participação social e fortalecer a articulação entre o Ministério Público e a sociedade civil.**





Com o objetivo de promover a interação do Ministério Público do Estado do Pará com as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além de promoção de ações de cidadania, o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão e Núcleo do Terceiro Setor - promoveu, no dia 30 de junho de 2025, escuta social. Desse encontro, foi gerado um catálogo das demandas apresentadas, detalhado neste documento, que servirá de base para a atuação ministerial.

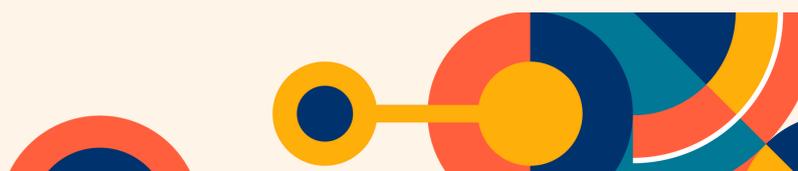
Em 2025, o trabalho de levantamento de demandas continua por meio de projeto “Escuta Social” em todo o Estado do Pará, cujo objetivo é promover o aprimoramento da escuta social pelo MPPA e, com isso, a melhoria dos mecanismos de interação continuada com a sociedade civil, os movimentos sociais e os grupos vulnerabilizados, em geral, considerando a necessidade da criação de formas regulares de troca entre a instituição e os setores destinatários de sua atuação, especialmente na área da cidadania, em busca de construção de soluções.





Almeja-se, ainda, a partir desta escuta permanente e qualificada, intensificar a atuação do Ministério Público como agente político-social para a busca de soluções para os problemas catalogados, juntamente com a sociedade, a partir de uma atividade estratégica e articulada de mobilização social, envolvendo tanto as populações e grupos ligados a cada questão tratada, como os agentes públicos e privados com atribuições capazes de apontar soluções para os desafios postos, para efetivação e garantia de direitos.

Da escuta social realizada em Belém, constaram como participantes também Abaetetuba, Chaves, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Marituba e Ananindeua, os quais tiveram indicadas suas demandas feitas no campo “outras demandas”.





---

## **METODOLOGIA DA ATIVIDADE**

- Disponibilização de formulário físico e digital do google forms solicitando informações sobre suas principais demandas, de 30.05.25 a 02.06.25.
- Realizada escuta ativa presencial no dia 30.05.25.
- Os dados coletados foram sumarizados e divididos em eixos temáticos para serem utilizados como base para a orientação da atuação do Ministério Público.

---

## **PANORAMA DA AÇÃO**

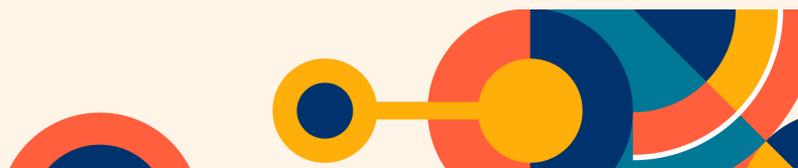
QUANTIDADE TOTAL DE PARTICIPANTES: 111 PRESENTES

104 participantes presentes

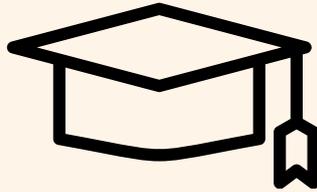
07 questionários respondidos

05 horas de escuta presencial e 96 horas virtual por meio do formulário eletrônico

17 temáticas catalogadas por eixos



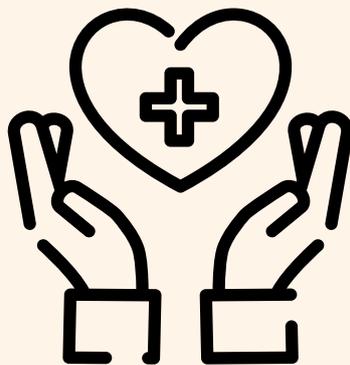
# CATÁLOGO DE DEMANDAS



## **EDUCAÇÃO:**

- Promover acesso à educação pública de qualidade.
- Promoção de alimentar escolar de qualidade;
- Promoção de transporte escolar de qualidade, inclusive para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de mobiliário básico para as escolas, especialmente aparelhos de ar-condicionado e/ou ventiladores;
- Garantia de acesso e frequência às aulas pelas crianças e adolescentes;
- Cumprimento dos pactos da educação celebrados;
- Disponibilizações de profissionais especializados nas escolas para pessoas com deficiências;
- Disponibilizações de materiais didáticos específicos para os alunos com deficiência;
- Acessibilidade do espaço escolar para crianças e adolescentes com deficiência.





## **SAÚDE:**

- Promover políticas de saúde para a população em geral.
- Disponibilizações de medicamentos de usos continuados, especialmente para sofrimentos psíquico e mental e doenças raras;
- Criação de protocolo de atendimento de saúde para doenças raras e patologias pré-existentes;
- Melhorias dos serviços das UBS e da atenção básica em geral;
- Disponibilizações de serviços públicos para pessoas contaminadas por agrotóxicos na rede de saúde pública e metais pesados;
- Melhorias dos serviços públicos para pessoas com deficiências;
- Ampliação de serviços de saúde bucal.



## **ASSISTÊNCIA SOCIAL:**



- Garantir os serviços socioassistenciais à população.
- Priorizar cuidados e assistência às mulheres cuidadores de pessoas vulnerabilizadas e com deficiências;
- Ampliações da rede de serviços socioassistenciais em todos os territórios;
- Qualidade dos serviços disponibilizados, especialmente das Usinas da Paz;
- Fornecimento de alimentação para creche das crianças.

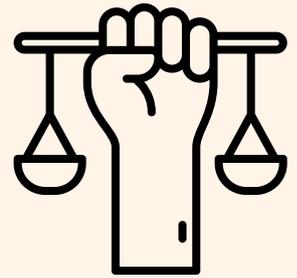
## **SEGURANÇA PÚBLICA:**



- Promover melhorias dos serviços públicos de segurança pública para a sociedade.
- Cumprimento da legislação na abordagem policial nas periferias;
- Melhorias dos acessos aos canais de denúncias;
- Existências dos serviços públicos de segurança pública em todos os territórios;
- Planejamento das ações de segurança pública, especialmente em áreas periféricas.



## **COMBATE AO RACISMO:**

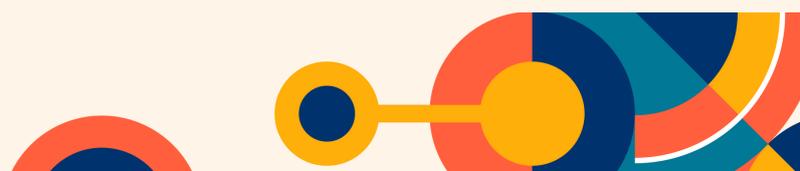


- Promover o combate ao racismo por meio do fortalecimento de mecanismos institucionais.
- Promover a participação dos segmentos específicos nas construções das políticas públicas;
- Promover escutas sociais específicas das populações;
- Atuação em favor do preconceito e discriminação dos portadores de SIDA.

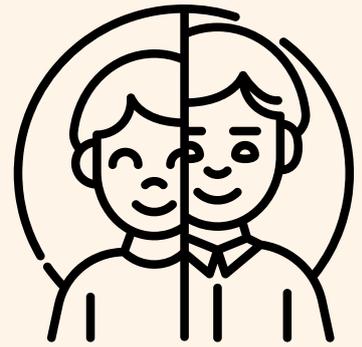
## **DIREITO DAS MULHERES:**



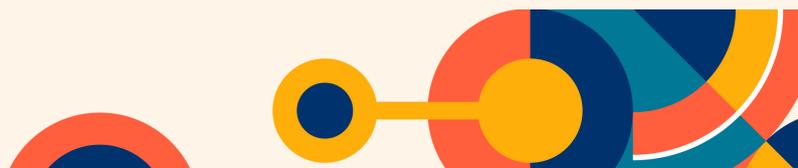
- Combater as diferentes formas de violência e desigualdades de gênero
- Reforço das redes de proteção e apoio às mulheres
- Geração de renda;
- Melhoria dos serviços de defesa e proteção das mulheres;
- Criação de mais uma promotoria de justiça de violência doméstica e familiar contra a mulher.



# DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:



- Fomentar a atuação do Ministério Público de forma a contemplar a defesa das crianças e adolescentes
- Efetivação de políticas de prevenção de assassinatos e violências nas abordagens para a juventude nas periferias;
- Participação da juventude na construção das políticas públicas voltadas para ela;
- Acesso a equipamentos públicos para crianças e adolescentes;
- Plano de prevenção em favor das crianças e adolescentes de violências durante a COP 30;
- Fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e adolescente;
- Acesso e melhoria dos serviços de saúde mental para crianças e adolescentes;
- Acesso à educação básica de qualidade;
- Serviços específicos de apoio as crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ciganas, circenses e migrantes;
- Criação de aplicativo para denúncias específico para crianças e adolescentes.



## DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

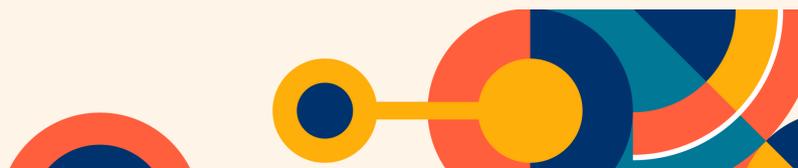


- Fortalecer as redes de saúde, educação e assistência social para o atendimento adequado das necessidades específicas das pessoas com deficiência e de seus cuidadores, bem como promover a quebra das barreiras comunicacionais, atitudinais e de transporte de forma abrangente.
- Melhoria do transporte público para a pessoa com deficiência;
- Acesso ao direito da gratuidade nos transportes, jogos e espetáculos;
- Busca ativa de pessoas com deficiências;
- Acesso a tratamentos específicos.

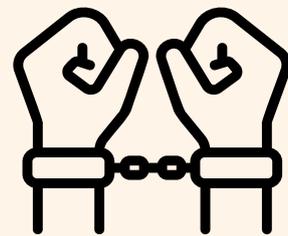
## DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT:



- Combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBT e colaborar na construção
- de políticas públicas.
- Criação de promotoria de justiça especializada;
- Acompanhamento das políticas públicas para a população LGBT.

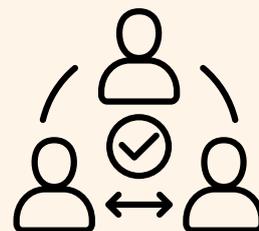


## **DIREITOS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE:**



- Fiscalizar o cumprimento da Lei de Execuções Penais, das diretrizes da Corte Interamericana e da garantia dos direitos humanos.
- Melhoria dos serviços públicos para atendimentos das pessoas privadas de liberdade em sofrimento psíquico e mental;
- Providências do formato de manicômios judiciários para privações de liberdades.

## **TERCEIRO SETOR:**



- Fiscalizar as entidades do terceiro setor que prestam serviços ao Estado e aos municípios ou recebam recursos públicos.
- Fiscalização de entidades do terceiro setor;
- Colaboração na regularização de documentação das entidades;
- Realizações de capacitações para o terceiro setor;
- Contribuições para reativações de centros comunitários.



## HABITAÇÃO E URBANISMO:

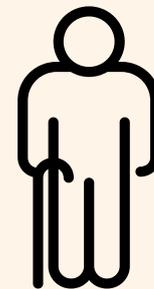


- Buscar garantia acesso à terra e moradia digna à população urbana, atuando na evitação de violências nas desocupações e despejos e na construção de alternativas para as
- famílias desabrigadas e em vias de despejos.
- Disponibilizações de sedes para as organizações da sociedade civil;
- Criação de protocolo de atuação público para desocupações e despejos;
- Buscas de alternativas para acesso à terra e moradias para famílias vulnerabilizadas.

## MEIO AMBIENTE:

- Melhorar a atuação ambiental do Ministério Público na prevenção e repressão de infrações ambientais, além do acompanhamento e implementação de políticas públicas.
- Preservação das bacias hidrográficas de Belém;
- Combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos;
- Implantação de coleta seletiva;
- Providências quanto à obra do igarapé Mata Fome.



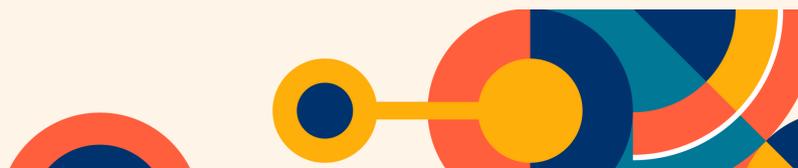


## **PESSOA IDOSA:**

- Fiscalizar o cumprimento do Estatuto da Pessoa
- Idosa, prevenindo a ameaça ou aviolação a direitos por discriminações ou violências, garantindo o acesso a serviços de saúde e assistência social com equipamentos adequados, bem como a acessibilidade urbanística, arquitetônica e nos transportes, e fomentar a participação dos idosos na construção de políticas públicas e melhorias das vias públicas e calçadas;
- Respeito à gratuidade do transporte e de acesso a jogos e espetáculos;
- Facilitação de atendimentos nos órgãos públicos pelos seus canais próprios e Participação na construção das políticas públicas.

## **DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA:**

- Promover o acesso democrático à Justiça, com formação de agentes públicos, celeridade processual, acompanhamento eficiente e espaços permanentes de escuta.
- Garantir a participação social na construção das políticas públicas.
- Garantir o acesso da população à Justiça nos territórios.
- Cumprir e respeitar os protocolos de consulta existentes.



## **ACESSO À TERRA E MORADIA:**



- Buscar garantia acesso à terra e moradia digna à população urbana, atuando na evitação de violências nas desocupações e despejos e na construção de alternativas para as famílias desabrigadas e em vias de despejos.
- Disponibilizações de sedes para as organizações da sociedade civil;
- Criação de protocolo de atuação público para desocupações e despejos;
- Buscas de alternativas para acesso à terra e moradias para famílias vulnerabilizadas.

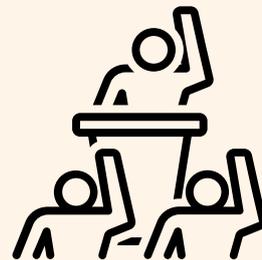
## **OUTRAS DEMANDAS:**



- Viabilização pelo Ministério Público de acompanhamento dos casos pelos interessados.
- Devolutiva de encaminhamentos e providências tomadas pelo Ministério Público aos demandantes;
- Publicidade de casos de repercussão e de interesse da população.
- Fomentar articulação entre entes públicos para prevenção e mitigação dos efeitos dos alagamentos em Belém;

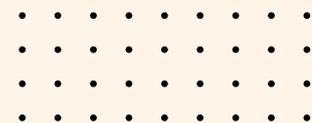


## OUTRAS DEMANDAS:



- Criação de canal direto do Ministério Público com os parceiros e entidades;
- Colaboração em infraestrutura para as organizações da sociedade civil;
- Promoção de escuta institucional com os poderes públicos;
- Necessidade de escuta social em Chaves;
- Priorização de atuação do poder público em áreas remotas e rurais;
- Titulação coletiva de terras quilombolas;
- Demarcações de territórios indígenas;
- Combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos no Estado do Pará;
- Providências quanto a situação do aterro de Marituba;
- Caso de Cachoeira do Arari pelos problemas causados pelos arrozais;
- Desmatamento e poluição em Tacuruçá, em Abaetetuba;
- Impactos na infância e adolescência do derrocamento do Pedral de Lourenço;
- Colaboração de geração de emprego e renda.





## **INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES:**

UFPA (ICSA), PARÁ SOLIDÁRIO, EDUCA LIBRAS, REPÚBLICA DE EMAÚS, ASSOCIAÇÃO SÃO CARLOS DO BRASIL, SOCIEDADE BENEFICENTE PEQUENINOS DE CRISTO-SBPC, SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM REABILITAÇÃO – SABER, IGREJA ANGLICANA – CASA IR. JOELMA, ADF- PARÁ, TJPA- EMAÚS, CRECHE ÍRIS, HOSPITAL DA ORDEM TERCEIRA, FUNDAÇÃO ASSEFAZ, SOCIEDADE COMUNITÁRIA SÃO JOÃO BATISTA, CEDECA – EMAÚS, RÁDIO MARGARIDA, HOSPITAL ABELARDO SANTOS, ASCORQUIR, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, AVAO, INSTITUTO DE LIBRA, FRENTE NACIONAL DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA – SEÇÃO PARÁ, MLA/RENILA, CRECHE CASA LAR CORDEIRINHOS DE DEUS, HOSPITAL METROPOLITANO, CENTRO SOCIAL AUXILIUM, COLÉGIO GENTIL BITTECOURT, RECONSOL, INSTITUTO RONALD, APAE BELÉM, ORGANIZAÇÃO MÃES GUERREIRAS, INSTITUTO TRADIÇÃO, FEAPES-PA / APAES, GRUPO DE MULHERES BRASILEIRAS, PARÁVIDA, SEMENTES DE DEUS, SESC, FUNDAÇÃO CAVALLEIRO, COLÉGIO SANTO ANTÔNIO, CENTRO ALTERNATIVO DE CULTURA, INSTITUTO VICENTINO CATARINA LABOURÉ, ENTIDADE SOCIAL PELES VERMELHAS, JARDIM DAS OLIVEIRA, ABRIGO CALABRIANO, INSTITUTO TRADIÇÃO PARÁ, AMAN – MARAJÓ, IFP – IPSAP, HGI- INSAUDE, LAR DE MARIA, INSTITUTO AMBIENT, ASEPA, ANDR e ODR, ASSOCIAÇÃO MULHERES, MULHERES À LUTA, FORA LIXÃO, LAR FABIANO, COLÔNIA Z22, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA AMAZÔNIA, CRBC, FUNDAÇÃO ACOLHER, CWO, IDESO, TENDA MIRY, PCT – GUAMÁ, CAC, Quilombo Altamira, GRUPO PARAVIDA, Instituto Unidos Venceremos, CRAB, CEDENPA, ACELC, Instituto Dom Azcona-IDA e ONG APAN-PA.

# CONTATOS

## CAOCPC/MPPA

---



TELEFONES: (91) 4006-3504/3605 -CAOCPC/MPPA



WHATSAPP: (91) 98896-3702 -CAOCPC/MPPA



E-MAIL: CAOCPC@MPPA.MP.BR



RUA JOÃO DIOGO, N°. 100, CIDADE VELHA, BELÉM-PARÁ, CEP.: 66015-165.

## NTS/MPPA

---



TELEFONES: (91) 99907 -6555 -NTS/MPPA



WHATSAPP: (91) 99907 -6555 -NTS/MPPA



E-MAIL: NTS@MPPA.MP.BR



AVENIDA DR. FREITAS, N° 2513, MARCO  
BELÉM-PARÁ, CEP.: 66095-110.



**REALIZAÇÃO:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO PARÁ**

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL,  
PROCESSUAL E DO CIDADÃO - CAO CPC**

